

## Rotas de expansão marítima portuguesa e signo de um Timor sândalo com gente de culturas

*Vicente Paulino*

Professor e Director da Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento do Programa de Pós-Graduação e Pesquisa Convidado da Universidade Nacional Timor Lorosa'e (UNTL)

### 1. Portugueses nas rotas marítimas em busca dos tesouros

Como muitos dos assuntos a serem estudados e discutidos pelos diversos cientistas sobre o período de expansão marítima europeia, existem mais teorias probabilísticas sólidas pela investigação documental e relatórios dos militares, governadores e missionários. Os estudos pós-coloniais justificam que os séculos XV e XVI foram períodos de maior importância e de extraordinária impulsão da exploração marítima pelos europeus, em função da necessidade de expansão da sua política e economia imperial. A escassa produção agrícola que trouxe a fome a grande parte da população europeia, a decadência económica da nobreza e da família real, o aumento das mercadorias vindas do Oriente à Europa e a falta de metais preciosos para a emissão de moeda foram os elementos que levaram os europeus a empreenderem viagens em busca de oportunidade em terras novas (Ásia, África, e América Latina, incluindo as Ilhas Pacíficas).



Descobrimientos, viagens e explorações portuguesas: datas e primeiros locais de chegada de 1415-1543, principais rotas no Oceano Índico (azul), territórios portugueses no reinado de D. João III (verde)<sup>1</sup>.

1. Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Descobrimientos\\_e\\_explora%C3%A7%C3%B5es\\_portuguesesV2.png](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/7/7d/Descobrimientos_e_explora%C3%A7%C3%B5es_portuguesesV2.png) (acesso a 8/8/2016)

A solução para as mazelas que arrasaram o território europeu concentrou-se na tentativa de encontrar novos caminhos para o Oriente, estabelecendo-se rotas marítimas no Oceano Atlântico, atravessando o mar do continente africano até ao continente da Ásia. E, para facilitar aos navegadores europeus a entrada na Ásia, um homem chamado Ferdinand Suez criou uma solução alternativa para tal situação, construindo-se o canal de Suez no Médio Oriente (concretamente na faixa da fronteira entre Egipto e Israel), pois uma rota alternativa para fazer transacção vinda do Mar Mediterrâneo.

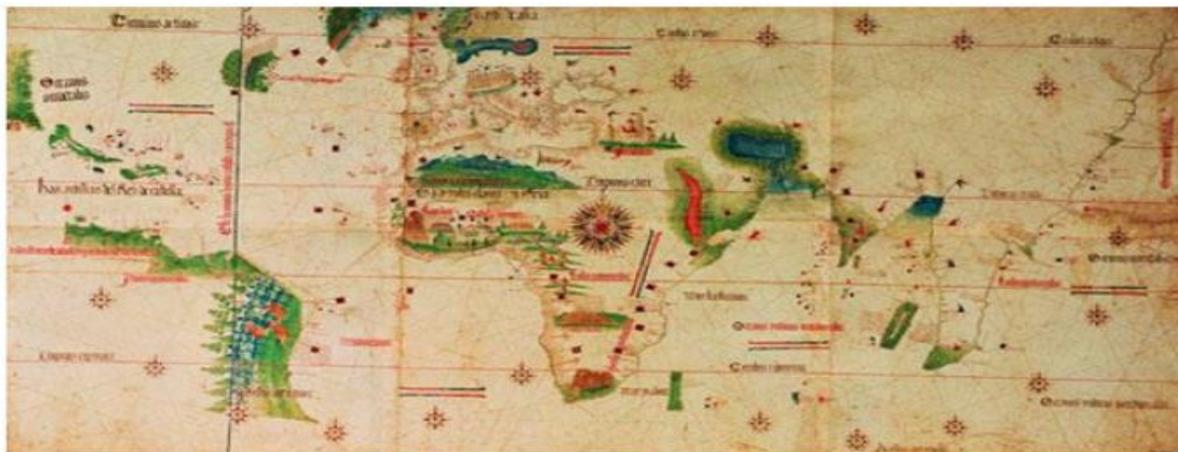
Há dois factores preponderantes a este sucesso da expansão marítima europeia. De um lado, era para consolidar a burguesia mercantil no sentido de ampliar os seus lucros e reforçar o Estado fortalecido pela centralização do poder monárquico, como se viu no caso de Portugal, Espanha e Inglaterra. De outro lado, aparecia a perfeita justificativa ideológica legitimadora das novas conquistas: uma pretensa vocação missionária para a catequização dos povos não cristãos. Todavia, não convém, entretanto, exagerar a importância desta expansão marítima dos europeus, pelos oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, mesmo que o seu impacto inicie um comércio internacional e uma cultura planetária através de uma “tensão entre o extremo ocidente cristão, os mares que domina e o resto do mundo (...) as outras civilizações solidamente continentais, a África, a Ásia, grande parte da América; continuam a sua vida própria, a actividade dos europeus não os toca senão na epiderme” (Chaunu, 1987:20; Barreto, 1997).

Na esteira desta política expansionista marítima, Portugal, por seu turno, foi a primeira nação europeia que formou o maior império ultramarino nos territórios da África (Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau), da Ásia (Goa, Macau, Timor-Leste) e da América (Brasil). Aliás, no que toca aos encontros entre a Europa e a África, a Península Ibérica é uma meia Europa e uma meia África do Norte. Encontros entre europeus do sul e do norte, porque os mares e os litorais de Portugal são o espaço de cruzamento das redes e das rotas marítimas que ligam o Atlântico e o Mediterrâneo: “(...) não existe em todo o Atlântico Norte um lugar mais adequado para a navegação até às águas quentes que a linha costeira que vai desde Lisboa a Gibraltar e *até ao encontro de povos de outras terras longínquas para além do oceano atlântico como da Ásia e das Ilhas Pacíficas*” (Chaunu, 1959:52; Barreto, 1997 – sublinhado nosso). Encontros que ainda estavam no circuito de universos comerciais, tecnológicos e políticos do Mediterrâneo e do Atlântico. Trata-se de encontros voltados aos valores, heranças e saberes das civilizações cristã, islâmica e judaica em confronto sempre com o poder de “nominação”, do “controlo” e de relações culturais.

Relativamente aos encontros que iam ser realizados com outros povos de outros continentes, o sentido de expansão portuguesa torna-se caracterizado como uma expansão de carácter “pioneirismo temporal, dispersão, espacial, pluralidade

Rotas de expansão marítima portuguesa e signo de um timor sândalo com gente de culturas | 19  
civilizacional e universalidade cultural” (; Barreto, 1997), sendo por isso, considerada como “especialmente única” porque todas “as viagens oceânicas e a dispersão dos portugueses a todos os ventos, a sua fixação além-mar afundam raízes nas profundezas da vida nacional” (Godinho, 1963:46).

As rotas de expansão marítima iniciada pelo Portugal foi resultado de um “incontestável prodigioso desenvolvimento colonial e comercial prosseguidos pelos países ibéricos, como é óbvio, Portugal e Espanha, que em grande medida também resultado de um crescimento gradual do seu comércio externo nos séculos finais da Idade Média” (Verlinden, 1939:170; Deffie, 1977; Godinho, 1963). Daí, o mar para Portugal de então, torna-se uma “fronteira aberta” para fazer explorações marítimas os tesouros escondidos nas terras de outras auras. A consideração dada ao mar como “fronteira aberta” significa representativamente uma abertura dos “mundos ao mundo” no “universo aberto” (Barreto, 1997) e tal abertura é um surpreendente movimento de expansão que conduz o projecto nacional da Coroa Portuguesa, denominado “sentido do Estado-Coroa” em torno da “aposta lucrativa” que traz benefício para Portugal e bem-estar do seu povo. Portanto aqui começa a juntar-se as potencialidades estratégicas e o poder estatal/real na conjuntura política da Coroa Portuguesa.



Mapa “Planisfério de Cantino”<sup>2</sup>

O presente mapa é apresentado como a mais antiga carta náutica portuguesa conhecida como “Planisfério de Cantino (1502) que apresentou o resultado das viagens dos célebres navegadores como Vasco da Gama à Índia, Colombo à América Central, Gaspar Corte Real à Terra Nova e Pedro Álvares Cabral ao Brasil. Geralmente, a expansão marítima portuguesa resultou várias descobertas e deu um contributo essencial para delinear o mapa do mundo, e por isso, que Portugal

2. Fonte: [https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fc/Cantino\\_Planisphere.jpg](https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/fc/Cantino_Planisphere.jpg) (acesso a 8/8/2016).

foi considerado como responsável pelos importantes avanços da ciência náutica, cartografia e astronomia.

A carta náutica portuguesa sobre rotas de expansão marítima pode ser apresentada como um signo que reflecte as rotas percorridas ao longo de viagem prolongada em busca dos tesouros nas terras dos estranhos povos que têm culturas próprias. Por tal facto, considera as rotas de expansão marítima como:

Os signos migram, permanecem ou transmutam-se. A cruz de Cristo pintada nas velas das naus portuguesas tornou-se um vetor maior da empresa da expansão marítima e da globalização, esta simbolizada na esfera armilar e ancorada no sextante. As especiarias e o sândalo foram um marco das rotas no sul e sudeste asiático, e o pau-brasil indicou o único país do mundo com nome de árvore, desta feita do outro lado do mundo, onde medrou a mangueira provinda da Índia<sup>3</sup>.

A primeira conquista marítima portuguesa foi a Ceuta (1415), um dos mais importantes portos africanos, ao norte do Marrocos. A partir desta primeira proeza, Portugal começou a apostar no projecto nacional chamado “navegações oceânicas sistemáticas” que ficou conhecido com a denominação “descobrimientos portugueses”. O tal projecto nacional foi fortificando ainda com o descobrimento do “Cabo da Boa Esperança” (no extremo sul do continente africano) pelo Bartolomeu Dias em 1488. Mais tarde, a expansão marítima entrou no grande oceano Índico em busca das rotas alternativas relativamente ao comércio Mediterrâneo. Assim, chegou Vasco da Gama em 1498 às Índias Orientais (Calicute) e começou a estabelecer o império português naquele território. Ao mesmo tempo, em 22 de Abril de 1500 o navio de Pedro Álvares Cabral começou a aportar nas costas do Brasil, especificamente no litoral sul da Bahia.

Após a conquista de Malaca feita pelo Afonso de Albuquerque, começou a criar “condições de segurança e de controlo” dos mares para a circulação hegemónica dos produtos e dos navios em zonas chave do Índico “Durante todo o século XVI, as esquadras portuguesas detêm incontestável hegemonia no Oceano Índico e até 1570, nos mares malaios; o Atlântico entre a África e o Brasil está sob a sua dominação. Durante um século, o comércio português usufrui o monopólio da Rota do Cabo e dos Tratos Cristãos de Moçambique e Malaca (...) incluindo as rotas para ilhas especiarias como Célebes, ilhas Molucas, Solor, Flores, Timor” (Godinho, 1963:45 – sublinhado nosso). É portanto com a conquista de Malaca, que navegadores portugueses como Jorge Álvares começaram a aportar na China em 1513, esta navegação até a China foi um dos resultados de “missão diplomática” feita pelo Duarte Fernandes (enviado especial de Afonso

---

3. Fonte: texto proposto pela Universidade Nacional Timor Lorosa'e no âmbito de acolhimento do XXVI Encontro da AULP – Associação das Universidade de Língua Portuguesa – <http://aulp.org/node/114196> (acesso a 8/8/2016).

Albuquerque) junto do Reino do Sião (actual Tailândia) que fortaleceu “relações amigáveis entre o reino de Portugal e Sião”. Relativamente ao Japão, alguns estudos justificam que em 23 de Setembro de 1543, Francisco Zeimoto, António Mota e António Peixoto foram os primeiros portugueses a chegar ao Japão (vide: Lach & Van-Kley, 1994; Diffie, 1977; Newitt, 2005; Butel, 1999). Os contactos directos com povos asiáticos foram definidos da seguinte forma:

Não fomos ao Oriente levados por intuítos de conquista. A nossa entrada na Índia, em 1498, não se fez por um caminho aberto a golpes de lanças, mas por rotas que nossas caravelas descobriram, sulcando mares nunca antes navegados, sem destruírem iniciativas de ninguém, sem violarem direitos de outrem (*em certos casos violaram os direitos dos povos acolhedores*). Portugal foi ao encontro das mais desvairadas gentes, fora do convívio humano, arrumadas nos confins do mundo (Sá, 1951: 67 – sublinhado nosso).

É um marco histórico para Portugal que conseguiu ocupar as posições estratégicas na sua expansão marítima – em terras da África, da Ásia e da América Latina – graças às novas tecnologias de navegação, como o aperfeiçoamento da bússola e a modernização da cartografia. É a inovação de um gradeamento de rotas que faz florescer transferências e trocas de mercadorias e de negociações culturais nas regiões do globo. Descobriu-se, desta forma, os caminhos alternativos para as regiões atlânticas e africanas, Oriente e Pacífico; e começaram a explorar o sistema de comércio daquela região, estabelecendo ao mesmo tempo o maior império português na Ásia e no mundo que não pode ser tratado como uma “velha conquista, tanto em voga na tradição portuguesa, mas sim do descobrimento da infiltração comercial e da evangelização” (Sá, 1951:68). Sendo assim, os portugueses aplicavam aos povos conquistados “o projecto de escravidão e trabalhos forçados” com “crua guerra” (Sá, 1951:68). É a história do colonialismo que antes de mais, já foi feito assim.

Ainda em 1511, Afonso de Albuquerque deu ordem ao capitão Jorge de Abreu, coadjuvado por Francisco Serrão, para levarem os missionários franciscanos à Samatra, depois à Java, às Molucas e finalmente à Solor. Os religiosos franciscanos começaram a espalhar-se ainda mais por uma dezena de ilhas de entre as quais sobressaem, Java, Celebes e Timor. A este último, Teófilo Duarte em “*Timor Ante câmara do inferno*” (1930:23) escreve que:

Quis o destino que uma das numerosas e frequentes correrias que as nossas caravelas efectuavam através dos mares do Oriente e que tão depressa as levavam ao Japão com a Java e às ilhas de Sonda, quis o destino, digo, que uma delas aportasse em 1515 a Timor; e tão boa foi a impressão que alguns frades viajando a bordo colheram do natural de seus habitantes que bem depressa voltaram.

José Simões Martinho (1943:2-4), por seu turno, afirma que:

O descobrimento de Timor deve ter sido efectuado entre 1511; e 1515, por António de Abreu, enviado por Afonso de Albuquerque, após a conquista de Malaca, em demanda das ilhas Molucas ... De Malaca partiram os primeiros portugueses que se fixaram em Timor, e com eles entra a ilha no domínio da nossa história. Eram mercadores esses portugueses e o sândalo o seu principal negócio. Nestas suas viagens de ida e volta, era ponto obrigatório de passagem a ilha de Solor, a quarenta léguas de Timor, onde António de Abreu, em demanda das Molucas, tinha desembarcado os primeiros missionários.

Enquanto Frazão de Vasconcelos (1937:7) contra os que atribuíram da ilha à frota de Fernão de Magalhães, defendendo que António de Abreu na sua ida às Molucas reconheceu o porto de Solor e ali ficaram logo os primeiros missionários portugueses; e portanto, afirmando que Timor deve, pois, ter sido visitado pelos portugueses muitos antes de Sebastião del Cano, sucessor de Fernão Magalhães. É portanto, a tese de Frazão de Vasconcelos tem a sua “lógica da razão”, pois, o facto mostra que os portugueses aportaram na ilha de Timor em 1512<sup>4</sup>, aliás, havia um barco Junco Malaio que trazia os missionários portugueses avistaram a ilha em 1514 (Paulino, 2012). Sendo assim, muitos autores opinam que “antes de 1515 nenhum navio português entrou em águas de Timor” (Leitão, 1948; Morais, 1944). Entretanto, seja qual for a teoria, pode compreender a data de 1515 como uma data de estabelecimento definitivo da presença portuguesa administrativa, e não propriamente a data da entrada dos portugueses na ilha de Timor, especificamente no Lifau, embora nesse mesmo sítio encontra-se um padrão com a seguinte inscrição: “Aqui desembarcaram portugueses em XVIII-VIII-MDXV”. Contudo, na perspectiva da formação do estado-nação timorense, o Lifau é berço do nascimento de Timor-Leste.

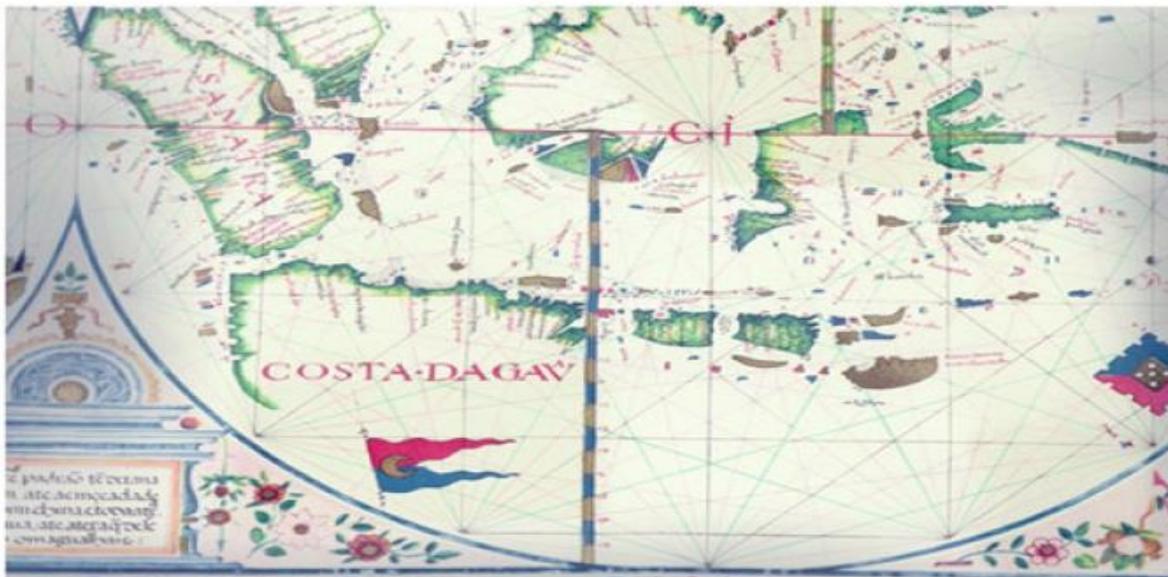
Assim exemplificando-se que as rotas dão sentidos aos signos, tais sentidos ontológicos dos termos podem ser considerados como signos de orientação e informação que são, de facto, geralmente apresentados em frases curtas e num formato simples que podem ser lidos e interpretados facilmente como no caso das expressões já referidas e incluindo esta “*Ilha de timor homde naçe o ssambollo*”. Trata-se de uma expressão firmada pelo Francisco Rodrigues no seu “Excerto do esboço onde refere a ilha de Timor” (cf. Casquilho, 2014) e que parecia como uma “descrição semiótica indexada” no quadro epistémico de “interpretação dos signos” (Mourão & Casquilho, 2012) e trocas simbólicas de sentidos das coisas mediante a circulação do ciclo temporal.

#### A ilha de Timor em excerto de mapa de Fernão Vaz Dourado em 1568<sup>5</sup>

---

4. Esta data é muito visível no mapa desenhado no terraço à frente do monumento de descobrimentos Portugueses em Belém – Lisboa.

5. Este mapa foi tirado no texto “SAUDADES DE TIMOR” de João José de Sousa Cruz, em <https://www.revistamilitar.pt/artigo/562> (acesso a 8/8/2016). Portanto, na carta de Fernão Vaz Dourado, datada de 1568, consta uma descrição que diz respeito à Timor, dizendo que “A ilha de Timor tem amito de circunferência



É portanto, o próprio sentido do signo de sândalo que conduziu Portugal a viajar até Timor. Isso é a fundamental razão que levou os portugueses a desejarem a posse de Timor, uma das denominadas ilhas de sândalo. A riqueza das suas florestas em sândalo, uma árvore de madeira aromática que tem várias funções de utilidade que Garcia de Orta refere-a várias vezes nos seus Colóquios, assim como Luís de Camões n'Os Lusíadas (Canto X, 134): “Ali também Timor, lenho manda, sândalo salutífero e cheiroso”.

## 2. Timor Sândalo

Identifica-se o sândalo como uma madeira de pequena árvore da família das santalaceae, *Santalum Album* que habita no sul da Índia, nas florestas de Mysore, Travancore e outras, assim como no arquipélago malaio, particularmente na ilha de Timor, e na de Sumba ao sul da de Flores, que foi mesmo chamado por isso Nusa Chandana (Nusa – Ilha, Chandana – sândalo), isto é ilha do sândalo. Assim que Timor é chamado ilha do sândalo. Em termos de identificação do nome, pode dizer-se que

O nome *santalum* e *sândalo* deriva-se do arábico *صندل*, *sandal*, que era, como Orta diz, uma corrupção ou antes um modo de pronunciar e escrever o sânscrito *चन्दन*, *chandana*. Por este último nome vem a substância mencionada no Nirukta, um dos mais antigos comentários dos Vedas, assim como nos célebres poemas, o Ramayana e o Mahabharata. É igualmente citada no *Periplo do mar Erythreu*, nas viagens de Cosmas Indicopleustes, e em outras obras antigas. Se o *almug* ou *almug*, trazido pelas frotas de Salomão e de Hiram do paiz de Ophir, era igualmente esta madeira, é questão diversa e um pouco mais duvidosa.

Transcrição de Garcia de Orta (189)

melhoria de 200 léguas espanholas e tem de diâmetro de longitude 24. A terra produz muita cópia de sândalo branco e de bosques de frutais e de plantas medicinais e é regada de boas águas e produz minas de ouro. Também base e outros metais e minerais.”

Muito naturalmente marinheiros chineses e de outras origens teriam estado na ilha em datas anteriores em busca do sândalo. Existem documentos publicados durante a dinastia Ming, datados de 1436, que relatavam a existência de “um valor lucrativo” de carácter comercial na ilha de Timor<sup>6</sup>. Trata-se de um lugar montanhoso coberto pelas árvores de sândalo, ou seja, segundo boticário Tomé Pires (1978), os matos de Timor estavam repletos de grande soma de sândalos brancos, e as informações em Malaca atraíam portugueses a Timor, que a bordo de um junco luso malaio provavelmente se deslocou ali entre 1514 e 1515 (Loureiro, 2001; Paulino, 2012). Todavia, alusões mais extensas a Timor são do reinado da dinastia YUAN, no século XIII, mas sobressaem só a partir do século XIV, em que o sândalo foi mais procurado pelos chineses, como demonstrou Roderich Ptak (1987), citado por Fernandes (1992):

The earliest extant Chinese description of Timor is contained in the TAO I Chih-lüeh (around 1350), states, and among other things: Timor’s mountains do not grow any other trees but sandalwood which is most abundant. It traded for silver, iron, cups (of porcelain) cloth from Western countries (...).

Nesta pequena pista, Charles Ralph Boxter (1990:182) explicita que “Muito antes de Vasco de Gama dobrar o Cabo de Boa Esperança, Timor era conhecido pelos chineses como fonte de abastecimento de sândalo”. O Capitão Alexander Hamilton, por sua vez, afirma que “*The product of the Island is sandal-wood, the best the largest in the world, which is a Great commodity in China*” (Hamilton, 1940:1727). Com muito apreço, Frei Luís Cacegas descreve a circulação do sândalo de Timor desde os mercados do Oriente até à Europa: “*He de saber que crescendo a cidade de Malaca, depois da conquista pelos portugueses em povoações e moradores entre fazendas que mais requisitadas acharão n’ella, foi o sândalo branco de Timor (...) porque se servem delle para infinitos usos todas as províncias do Oriente*” (Fernandes, 1992:9).

Portugal, por seu lado, descobriu a ilha através das descrições informativas fidedignas dos navegadores de Fernão de Magalhães e de Sebastião D’Elcano, mas o mais conhecido era António Pigafetta que apresentou uma excelente crónica sobre Timor. Porém, quem introduziu os primeiros livros em Timor foram os missionários dominicanos; foram eles os pioneiros da introdução dos livros de Latim e Português na ilha de Timor, pelo menos, nos séculos XVI e XVII. Previsivelmente, com a abertura das escolas e os dois seminários de Oé-Cussi e de Manatuto, o conhecimento da sociedade timorense (nomeadamente das classes altas locais) sobre o Livro começou a ser uma coisa comum em Timor (Ximenes-Belo, 1999; Paulino, 2016). De facto, durante estes séculos (século XVI e XVII) que a maior parte da seguinte região, Laboina<sup>7</sup> (na ilha de Solor), e Larantuca

6. Fonte: <http://www.uc.pt/timor/hist.timor.html> (acesso a 8/8/2016).

7. Povoação principal e a capital da ilha de Solor.

(na das Flores), ambas no caminho das especiarias das Molucas e do sândalo de Timor, desfrutaram dessa primazia. Embora,

Timor ocupa um lugar secundário nas crônicas dos narradores portugueses quinhentistas e seiscentistas sobre a Ásia, quando comparado com tantos outros sítios da Índia ou ilhas da região do sudeste asiático, por demais visitados e relatados, o que se pode ilustrar, por exemplo, de que no índice da obra monumental “Décadas da Ásia” de João de Barros só consta uma menção a Timor e outra a Solor, e na sua continuação, também monumental, de Diogo de Couto, no índice não se divisam as entradas “Timor” ou “Solor” (Casquilho, 2014:102).

Timor já foi noticiado por um documento oficial, datado em 1516, onde alguns navegantes ou comerciantes portugueses afirmavam que a ilha de Timor:

Tem rey e língua sobre si: nesta ilha há muytos sândalos que os Mouros muyto estimam na Índia e Persia, onde se gasta muita soma deles e tem grande valia no Malabar, Narsyngua, e Cambaya: hás náos de Malaca e Jaoa que aquy uem por ela, leuam por retorno machados, machadinhas, cotelos, espadas, panos de Cambaya, estanho, azougue, chumbo e outras mercadorias com que carregam ho dito sândalo, de meel, cera, escravos e dalguma pimenta que há (Corrêa, 1944:11).

Aliás, de acordo com a informação dada pelo Rui de Brito Patalin ao Afonso de Albuquerque, em sua carta datada de Janeiro de 1514, que descreve a existência de “Timor” e na mesma data em que escreveu também ao D. Manuel, dizendo que “*Timor he de huma ylha além de Java, tem muito mel, muita cera; nom tem juncos pera navegar; he ylha grande, de cafres, por nom haver junco, nom foram la*”, adianta ainda que “*Maluco e bandam, timor e jaoa, (...) he necessário grandes naos; eu escrevi ao governador das Indias que devia de mandar huma nao ou duas de quinhentos tonees, porque além de fazer credito, se vay, traz grande copia despeciaria, o que se nom pode fazer com navios pequenos, pois ho caminho he ja sabido e podem navegar (...)*” (Matos, 1974:36). Além disso, pode definir também “Timor” como uma ilha reinada por vários Reis (liurai), enfeitado por várias línguas e pelo cheiro de sândalo (cf. Corrêa, 1944), por tal facto de que Timor é identificado como “mestiço na língua e na cultura” (Paulino, 2011a).

Além disso, segundo relato do novo capitão de Malaca, de então, Jorge de Albuquerque ao rei de Portugal em 8 de Janeiro de 1515, que o sândalo vindo de Timor não foi levado pelos mercadores portugueses, mas trata-se de um comércio feito por naturais de Malaca.

Pois, foi a fragrância do sândalo de Timor que abriu a luz ocidental ao rumo da ilha de Timor. Como se vê na descrição de Artur Basílio de Sá (s/d: 1568-1579):

He tão geral este sândalo pêra todo este Oriente que vem a ser huma das melhores fazendas que se comerceão (...). He tão estimado de toda a gentileza que ordinariamente, não fazem cousa alguma assy do ornamento para pessoas, como para seus perfumes e cheiros que não seja com ele. O pau de sândalo, que nella (ilha de Timor se dá, he tanto que se tirão todos os anos de mil e quinhentos pera dois mil bares (...) por via dos portugueses, afora o que levão os Olandezes (...) Macassares (...) Malayos e mais sorte de Mouros daquelas partes que vão buscar todos os anos.

Pode fazer junção desta afirmação com a de Duarte Barbosa (um dos primeiros portugueses a visitar a ilha) descrita em 1518 que existe grande abundância de madeira de sândalo branco, para o qual os muçulmanos na Índia e na Pérsia dão grande valor e onde a maior parte dele é utilizado, e essa maneira valiosa “nasce em huma ilha chamada Timor” (Duarte, 1966).

Partindo dos pressupostos apresentados, pode colocar a seguinte questão: onde nasce o sândalo? Em resposta dessa pergunta, recorre o estudo de Garcia da Orta que explica a origem de uma árvore cheirosa chamada “sândalo”, dizendo em seguinte forma:

E tornando a dizer donde nasce o sândalo, digo que em Timor (à qual ilha tem muitas partes de uma banda e de outra); e digo que o de Metia, que é um porto, é o melhor de todos, e tem menos pau que os outros; e Matomea que é outro porto, tem um sândalo amarelo mas tem muito pau. E digo ter muito pau, ter pouco cerne, porque no cerne está o cheiro; e o outro porto dito Camanace tem ruim sândalo, porque é de muito pau e de pouco cerne, ou amaguio; e desta maneira é o sândalo de Cerviaguio (outro porto assim chamado) (Garcia de Orta, 1895: 283).

A afirmação de Garcia de Orta tem a ver com as “suavidades ecológicas” e “áreas geográficas” em Timor bastante favoráveis para a “produção biológica florestal” (Cinatti, 1950) que parecia fazer “nascer e crescer as árvores de sândalo em grande quantidade” (Garcia de Orta, 1895:281), pois uma ilha abençoada por Deus de todos os tempos, como descreve Tomé Pires: “Dizem os malaios mercadores que Deus criou Timor de sândalos, Banda de maçãs e as de Maluco de cravo, e que no mundo não é sabido outra parte em que estas mercadorias hajam, somente nestas. E inquiri diligentemente se estas mercadorias haviam em outra parte e todos dizem que não” (obs. cit Cinatti, 1950). É portanto, não havendo dúvida nenhuma de que a ilha de Timor era o berço do nascimento de árvores cheirosas e “principal fonte do comércio de sândalo” (Casquilho, 2015) e principal receita ao cofre do governo colonial português de então; além disso, pelo seu cheiro perfumado, Luís de Camões (1572) chamava Timor como “lenho manda, sândalo salutífero e cheiroso”, onde se “vê primeiro o sol nascendo”.

Ainda numa menção de reconhecimento, Alfred Wallace (o naturalista britânico à quem se devem os primeiros estudos sobre as linhas divisórias da fauna e da flora do arquipélago) ao descrever a vegetação da costa norte da ilha de Timor que visitou em 1861, a data em que começou a desenvolver plantações do café, dizendo que “A base das montanhas estão cobertas por todo o lado com eucaliptos que só ocasionalmente crescem ao ponto de ficarem grandes árvores florestais. Misturados com estas árvores, mas em número menor estão as acácias e o sândalo fragoso”.

Como é óbvio, o sândalo estava em estado de desaparecimento, o governador Celestino da Silva anuncia numa circular datada de 16 de Setembro de 1901:

Rotas de expansão marítima portuguesa e signo de um timor sândalo com gente de culturas | 27

Como tem sido muito grande a exportação de sândalo cortado na costa norte deste distrito, e rareando já as árvores em estado de serem aproveitadas se estão derrubando na maior parte ainda muito novas e susceptíveis de crescimento: Fica expressamente proibido o corte de arvores de sândalo nas arcas dos comandos militares de Batugadé, Liquiçá, Maubára, Mothael, Central de Oeste Aileu, Ermera, Reme-xio, Manatuto e Baucau (obs. cit Cinatti, 1950).

Aliás, durante o período do governo de Teófilo Duarte manteve-se a proibição. Até esta data, desde 1910, a exportação do sândalo — pau e raiz — cifra-se nas seguintes quantidades:

	Quilogramas
1910 . . . . .	898.000
1911 . . . . .	875.000
1912 . . . . .	210.586
1913 . . . . .	907.820
1914 . . . . .	139.717
1915 . . . . .	57.556
1916 . . . . .	353.042
1917 . . . . .	273.408
1918 . . . . .	251.286
1919 . . . . .	129.678
1920 . . . . .	121.033
1921 . . . . .	115.480
1922 . . . . .	80.000
1923 . . . . .	20.000
1924 . . . . .	40.000
1925 . . . . .	20.000
1926 . . . . .	Proibida
1927 . . . . .	Proibida

A mercadorização do sândalo foi evidentemente uma aposta que a administração colonial portuguesa de Timor fazia para trazer receitas ao cofre do estado e com elas podiam atender todo o plano sectorial de desenvolvimento da província, tais como a construção dos edifícios (saneamento básico, Escolas e repartições administrativas). Sendo assim, não conseguiu a desenvolver administrativamente o sistema de governação da província, e tal facto, que levou Justino Teixeira (1935) a considerar Timor como “ilha esquecida” ou “Timor ignorado” escrito em 1909 por um autor anónimo, talvez por razões de distância e pela “dependência económica” à província de Macau. A dependência económica acontece por falta de boa vontade da política do governo colonial português em aproveitar os materiais locais no desenvolvimento territorial.

### 3. Civilizar, catolizar e portugalizar timorenses

Entre as sábias directivas dadas pelo vice-rei das Índias, Conde de Serzedas, ao governador de Timor, Cunha Gusmão, dizendo: “os principais objectivos, que tiveram em vista os senhores reis de Portugal quando descobriram a navegação da índia foram a propagação evangélica, a glória da Nação e o aumento do comércio, a fidelidade dos povos que se submeteram voluntariamente ou pela força das armas ao suave domínio” (Lencastre, 1929:50) e, numa linguagem pouca digna, o ex-governador de Timor, Sousa Gentil, escreveu assim:

Colonizar é civilizar à nossa imagem e semelhança. Colonizar é trazer o colonizado, nosso pupilo, a partilhar das nossas qualidades em troca de uma obediência que lhe garante todo o desenvolvimento físico, moral, intelectual e social compatível com as condições de povos ainda em estado de atraso. Colonizar não é oprimir, explorar, levar ao esgotamento povos que não tenham chegado ao nosso nível, mas é assimilar e assimilar não é criar tipos contrários à natureza. Há meia dúzia de sentimentos e de instintos comuns a todos os homens, seja qual for a raça a que pertençam e o estado de civilização em que se encontrem. O que é seleccionar sentimentos e instintos, atenuando estes, amoldando aqueles que o merecem, sem destruir, antes aproveitando, no que tiverem de bom, os que forem particular de sua estirpe (Gentil, 1929:174-175).

No domínio antropológico da história, Mendes Correia, citado por José Carlos Pina de Almeida (2001:183), afirma que os factores como “aptidão para o trabalho”, “impulsividade”, inteligência global” e “educabilidade” exteriores influenciam os contactos existentes entre grupos etnolinguísticos timorenses. Porém, António de Almeida (1961:39) nega explicitamente quaisquer influências culturais do lado dos chineses e de pessoas oriundas das ilhas da Indonésia presentes em Timor Português.

A mudança cultural na vivência social timorense está sob auge da influência portuguesa. Trata-se de um aspecto importante que foi estudado por António de Almeida, considerando, a presença portuguesa como uma “acção civilizadora” que mudou alguns aspectos do modo de viver dos nativos de Timor (Almeida, 1961:36). É portanto, assim que a administração colonial introduziu o seu modo de viver, ou seja, a sua civilização ocidental e cristã junto ao povo de Timor, definindo mais tarde, a sua presença como sendo uma “missão sagrada” que nalguns pontos não seguiam a nomenclatura de sacralidade. A propósito, Almeida dava exemplo nos vários aspectos como saúde e segurança, introduzem também a produção de milho, o boi, o porco de boas raças, fósforos e produtos de nylon ou de elástico. Sublinhou também que a presença portuguesa fez extinguir ou esmorecer a frequência de *velhas práticas ergológicas nativas* (Almeida, 1961:37). Para este género, muitos antropólogos seriam lamentados, ao respeito e fascínio que hábito pela várias diversidades de expressões culturais da população timorense.

As técnicas tradicionais são de tecelagem dos tecidos pelo processo ikat (em Tétum kesi/futu), por meio desse acto introduziam-se panos com vários desenhos da estética – panos tinham funções simbólicas e rituais, há mais ainda técnicas nas utilizações agrícolas sobre queimadas chamado “toós” (Almeida, 1959: 446-447; Thomaz, 2002). Relativamente à costura e ao bordado que as raparigas aprendem nas escolas, Meneses (1968:329) sublinha que as Irmãs Canossianas ensinavam a técnica portuguesa de desfiação e as rendas produzidas em Timor seriam ainda mais belas que as da ilha de Madeira e de Peniche. Algumas raparigas que frequentaram os colégios das Irmãs Canossianas, transmitiram os seus conheci-

mentos àquelas menos afortunadas que nunca frequentaram o estabelecimento de ensino (Martinho, 1953:300; Teixeira, 1974).

A arte de ‘lavors femininos’ é igualmente a de tecelagem *Ikat* (futu/kesi). A mulher timorense bem-feita e esbelta tem mãos pequenas, dedos fuzilados, denunciando a sua propensa para trabalhos artísticos, dotado de esplêndida vista, com a paciência e cuidado conta os fios, na fina cambraia, para que ao cortar, formando a ‘grade’, o trabalho não fique defeituoso ou inutilizado. Os portugueses mostraram a sua admiração sobre esta tecelagem *ikat*, sendo a sua presença “é sem dúvida o melhor elemento colonizador; é um elemento rico que há-de tratar-se convenientemente, tal como os metais preciosos, moldando-o depois, liberta de certas sobrecargas de processos rudimentares numa unidade activa e valorizadora em que, a par do processo técnico, se lhe crie uma personalidade interessante de humanista activo, fazendo dele o homem completo” (Silva, 1950:15). É por isso que ao colonizador impõe-se o dever de instituir entre os indígenas o ensino como os portugueses europeus o conceberam, uma alavanca para o progresso, um potencial para os mecanismos mentais que conduzirão à ânsia de uma vida melhor. E tanto assim é que nas colónias abriram escolas rudimentares, elementares, complementares, profissionais, quer entregues às missões religiosas, quer de carácter oficial.

A “impregnação da cultura ocidentalóida” em Timor-leste e os seus caracteres “animológico” que funcionava nas escolas do Catolicismo (Almeida, 1976/1967:145) nos anos 1960 foi, de facto, uma época em que se constituía o sentimento de “portuguesismo entre os Timorenses” (Almeida, 1961:38). Segundo Paulo Valverde, um trabalho simultâneo que os missionários fizeram, era cristianizar – significa que catolizar, civilizar, portugalizar. Isto é, a fé trazida pela acção missionária foi – segundo Marcelo Caetano – uma forma de educar a população das colónias, de acordo com as tradições portuguesas, para que seja “nossa colaboradora na obra do desbravamento e valorização da Colónia. A barreira da cor não existiu nunca na política portuguesa, que sempre aceitou no convívio social os homens de outras raças dignificadas pelo trabalho, pela cultura e pela assimilação das nossas crenças, ideias e costumes”<sup>8</sup>.

Com efeito, o governador Óscar Ruas, em 1946, justifica que “a obra das missões em Timor é tão profunda que o próprio indígena diz, como aforismo, que não foi conquistado pelas armas, mas pela água e pelo sal” e acrescenta ainda o governador que “Através de todos os tempos foi sempre os missionários o mais profundo elo de ligação entre a alma indígena e a alma dos portugueses. E que a alma dos naturais tem hoje uma formação portuguesa não podem restar dúvidas

---

8. Comunicação proferida pelo Prof. Dr. Marcelo Caetano à Colónia de Moçambique, por intermédio da Rádio Clube, em 7 de Setembro de 1945, citado por Augusto da Costa (1946), “Prof. Dr. Marcelo Caetano – alguns discursos e relatórios”, Agência Geral das Colónias, nº 252, p.57.

ao mundo, depois da prova de fidelidade dada através da bárbara e cruel ocupação nipónica, em que tantos se deixaram matar por não quererem renegar a sua qualidade de portugueses”<sup>9</sup>. De certo modo, a “história da civilização é a história das viagens, identificando-se também com a própria história da geografia, a qual, no dizer de Vicente Almeida de Eça – é a história da conquista da Terra pelo homem. As invasões dos bárbaros foram espantosas e formidáveis migrações guerreiras; as cruzadas foram viagens de carácter político-religioso; os descobrimentos marítimos, grandes viagens forma, com objectivos diversos, conforme as épocas ... toda a civilização gravita à volta dos movimentos do homem sobre a face da terra” (Costa, 1946:70).

Dar instrução aos timorenses foi também uma forma de civilizá-los que, de acordo com José dos Santos Vaquinhas, em 1883, havia em Díli somente uma escola de instrução primária sustentada pelo governo, um colégio de irmãs de caridade sustentada pela missão católica, e uma outra escola dirigida pelos missionários na sua residência de Lahane, e foram estas as casas de educação que existiam em Timor, o que era muito pouco para um território com uma população de duzentas mil almas, e entre os quais não haveria mais de 500 timorenses que sabiam ler e escrever que, na sua maioria, eram os filhos dos *liurais* e da família nobre local. Este método era o único meio de civilizar os timorenses e, por isso, mesmo, esclareceu Vaquinhas (1883:480):

Seria necessário e mesmo indispensável, haver duas escolas em cada reino, uma para o sexo masculino e outra para o feminino, com professores competentes, o que o governo pode adquirir, mandando-os vir da Índia ou de Macau, aonde os há habilitados e outros da metrópole e se proporer aos régulos a obrigação de pagarem os ordenados dos professores que ensinaram nos seus reinos, nenhum d’elles se recusará. Como estamos certos, e até lhes será agradável ficando muito satisfeitos por terem o apoio do governo em lhes darem o pessoal habilitado para a instrução do seu povo. (...), para melhor se conseguir este fim, deve acabar-se com o imposto denominado *fintas*, de que resulta pouca ou nenhuma importância para os cofres públicos, sendo os povos em cada anno escandalosamente espoliados com tal imposto. Factos idênticos se praticam com as chamadas *vassalagens*, pois que achamos justo que o régulo só preste vassalagem de preito e homenagem quando for elevado ao poder, como praticam os holandeses com os dois régulos que há na sua ilha de Java, e com isto não temos dúvida em assegurar que se levantaria entre os indígenas nesta paragens a força moral e o prestígio da nação portuguesa.

O mais importante da missão civilizadora foi ensinar os nativos a trabalhar, e para tal, construiu as escolas para os filhos de *liurais* (famílias nobres) e escolas do povo (ensino de cartilhas). A instrução dada aos timorenses foi ministrada – na sua maior parte – por missionários que tinham escolas espalhadas por todo Timor. A instrução estava quase relacionada com a educação literária, mas foi feito também o ensino de certas profissões<sup>10</sup>, por exemplo, a assistência de saúde aos timo-

---

9. Entrevista do governador Óscar Ruas concedida ao jornalista Do Diário em 1946 e reeditada pela Agência Geral das Colónias com o título “Timor, Terra de lealdade e sofrimento”, 1946, nº 253.

10. Para a renovação da colónia de Timor, em 1948, foram enviados 80 carpinteiros e 40 pedreiros de Cabo

renses que viviam no interior do território, e para tal, os Serviços de saúde foram destacados por regiões com disponibilização de alguns médicos e grande número de enfermeiros; para facilitar este tipo de serviço foi criada uma rede telefónica nos postos administrativos, ligando directamente a Díli (Leitão, 1929:30-31) para descodificar a classificação dada à Timor como “ilha esquecida” aclamada por Justino Teixeira (1935). Todavia, o desenvolvimento de Timor Português foi verdadeiramente considerado como uma “missão sagrada civilizadora”, se Timor em si produz a gente nova com capacidade de pensar no trabalho. “Só dela se poderá esperar aquela obra de renovação material e espiritual capaz de transformar Timor e mostrar que o grande António Galvão soube corresponder às súplicas que os malaio durante séculos lhe têm dirigido” (Cinatti, 1948:190).

#### **4. Timor enfeitado pelas cores da gente com cultura**

Timor, em língua malaia denominado ‘Timur’ que significa oriente. A ilha de Timor era considerada como uma zona mais rica do sândalo na região asiática e a mais remota do então império ultramarino português. Foi o sândalo que provocou a entrada dos portugueses na ilha. Trata-se de uma ilha do “encontro entre grupos” de diversos cantos do mundo. A existência da ilha de Timor foi assinalada pela geografia chinesa do século XIV e que considerava como o *Cabo do Mundo*, e que o nome desta terra “*was famous for its sandalwood and still alludes to tropical fragrance*” (Paulino, 2012:89). Dando-lhe também o nome ilha verde e vermelha de Timor e devido ao clima tropical que atapeta as suas costas de coral, os seus vales ameníssimos e às suas montanhas, todas elas constituem uma beleza indescritível. A de Ramelau, com 2.950 metros de altura era a segunda mais alta do império colonial português e a primeira mais alta do Timor-Leste independente.

Os habitantes de Timor – segundo Hamy (1875) – são de duas raças distintas. Negritos no centro e sul da parte portuguesa da ilha e Papuas na região ocidental. O elemento papua ligaria Timor às terras melanésias situadas a leste e o elemento negro estabeleceria ligação entre Timor e Malaca, isto é, com o continente asiático. Aliás, de acordo com Tem Kate, “não vê em Timor os negritos nem Papuas de raça pura, mas sim, a população profundamente mestiçada de sangue Melanésia e indonésia, nas quais o elemento negro predomina no oeste e o amarelo no centro” (Anónimo, 1929:154). Leite de Magalhães, por seu lado, estudou os timorenses sob o ponto de vista etnográfico, linguístico e histórico, e, numa recente monografia de J. A. Fernandes, encontram-se também alguns dados sobre os costumes dos timorenses” (Anónimo, 1929:150).

A paisagem de Timor não é só caracterizada pela grande diversidade dos seus aspectos, mas também pelos fortes contrastes com que se apresenta. Mesmo na costa norte, encontra-se uma planície que se estende monótona com a sua vegetação rasteira, ali abunda povoada de palmeiras ou de arborização cerrada, que se ornamentou de parasitas caprichosas e orquídeas perfumadas; encontra-se também coberta de extensos e verdejantes arrozais, depois é um areal ardente onde só o cacto bravio medra (Leitão, 1929), onde “o amanho das terras seguia com cultivo da inteligência dos povos, criando riqueza, fixando os povos à terra e criando o seu bem-estar” (Lencastre, 1929:36). Como confirmou também Alberto Osório Castro em *A ilha verde e vermelha de Timor* (1996:66): “Esta maravilha terra de Timor enfeitiça-me positivamente. Realiza o sonho dos meus catorze anos de pequeno beirão enfermiço, encantado a traduzir pouco mais ou menos a obra do naturalista Wallace sobre o Arquipélago Malaio que vinha na revista *Le Tour du Monde*. Em Timor vivera Wallace, também um dia eu lá havia de ir! E lá fui”.

José Valdez em “Timor e sua pecuária” (1929) justificava que nenhuma das colónias portuguesas possui uma riqueza pecuária tão abundante e tão variada como a de Timor. Tanto isto é assim, que nela vivem, por via da natureza e à sua lei, todas as espécies de animais domésticos que se conhecem na metrópole e nas outras colónias.

Timor é na realidade uma terra essencialmente agrícola, à parte da riqueza apreciável que o café representa actualmente, como o pode vir a ser a borracha, o algodão, o tabaco, etc., (se a estas culturas se der a devida atenção técnica), na sua quase totalidade, a cultura dominante é a dos géneros chamados pobres, isto é, o milho e o arroz. Enquanto a capital de Dili na sua especificidade foi uma cidade coberta pelas folhas de palmeiras e gigantescos gondões que “não era uma simples cópia do natural, mas antes uma visão rítmica, quase musical” (Cinatti, 1987:13), segundo a qual conduz o pensamento de qualquer cronista a recordar a passagem histórica de longa data sobre a transferência da capital de Lifau para Dili. Certo que o facto mostra, pois, “No porto de Lifau, no actual enclave de Oé-Cussi em território holandês Timor, tivemos a capital da nossa possessão até 1769, e então ‘após um longo assédio dos indígenas’ escreve Pinto Correia, em notas a página 338, ‘trocamos Lifau para Dili’” (Castro, 1996:24). É portanto, em Dili encontra-se “A noite serena e suave, fresca como cetim, como um lírio roxo na orvalhada, sempre os olhos se me ficam na suprema maravilha da noite timoresa, que deu origem o poema *Fulan Naromam*” (Castro, 1996:96).

Timor é caracterizado como uma terra colorida, pois, enfeitado por imensas cores culturais de diversos povos e habitado por diversos reinos<sup>11</sup>. Estes foram repartidos em 31 grupos étnicos, falando suas línguas ou subdialectos (António de Almeida, 1976/1977:122).

### 5. Sínteses gerais – o futuro do sândalo ‘petróleo verde’ de Timor-Leste

Há um excerto do folheto “Eu aposto no sândalo” da Cooperação Agrícola Portuguesa em Timor (2006) que afirma:

Timor Leste ai kameli no floresta; Ai ho ema, floresta ho sosiedade sempre iha ligasaun ba malu; Timor Leste naran bo'ot no nia historia floresta nian, liu-liu ho ai Kameli: Historia rai ida ne'e nian iha ligasaun ho Ai Kameli nia morin.	Timor-Leste, sândalo e florestas; Árvores e homens, floresta e sociedade tem sempre uma ligação; O nome de Timor-Leste é grande com sua história florestal, especialmente com árvores do sândalo; História desta terra tem ligação com árvores do sândalo perfumado
--	--

Fonte: Agosto Joaquim de Carvalho Lança em “Timor Agrícola” – <http://timor-agricola.blogspot.com/2009/05/sandalo-o-petroleo-verde-de-timor.html> (acesso a 10/8/2016). Tradução do autor.

Se, portanto, o sândalo é uma árvore de folha perene que tem valor no mercado e pode trazer mais receitas ao estado de Timor-Leste, então precisa apostar na política de reflorestação do sândalo como uma forma de “salvar o meio ambiente” e a beleza exótica e luxuriante de Timor de que falam os naturalistas como o casal Forbes, William Dampier, Alfred Wallace e outros portugueses (Afonso de Castro, Alberto Osório de Castro, Ruy Cinatti) que visitaram o território de então pertencida a colónia portuguesa (Paulino, 2011b).

O sândalo em Timor-Leste, tal como na Indonésia, sofre com os incêndios florestais, a exploração excessiva pelos agricultores itinerantes, e isso faz com que o crescimento do sândalo fique ameaçado. Portanto, a exigência que o governo deve fazer é convidar todos timorenses a implementarem uma política de “exigências ecológicas” para salvaguardar ou preservar “pequenas plantações do sândalo” que nascem e crescem nas grandes matas. A estratégia de “sagrada salvífica” é “reflorestar o sândalo” nos locais como Ravinas do Subão, cordilheiras

11. Nomes de reinos existentes e registados em Timor Oriental: Alas, Ambeno, Atauro, Athara, Atsabe, Balibó, Barique, Baucau, Bibico, Bibiçuço, Bibiluto, Boibau, Caelaco, Caimau, Cairuhi, Cová, Cotubaba, Dai-corele, Dilor, Diribate, Dotic, Ermera, Failacor, Fatumartó, Fatumean, Faturó, Fialara, Fohulau, Fofofaik, Fohorem, Fúnar, Hera, Lacló, Laclubar, Lacluta, Laga, Laicor, Lalea, Lamekitos, Lautem, Leimea, Liquicá, Luca, Mahubo, Manatuto, Manufai, Manumera, Marobo, Matarufo, Maubara, Maucatar, Motael, Naimute, Obulo, Ocusse, Raimea, Sama, Samoro, Sanir, Sarau, Suai, Turiscaí, Tutuluro, Vemace, Venilale, Viqueque, etc. (Correia, 1934: 277). Os “reinos” abrangiam diversos sucus chefiados por um chefe. Os sucus incluíam algumas povoações ou aldeias, designadas por leo, lissa ou ili, conforme o dialecto. Tanto os Liurais como os chefes de suco e mesmo alguns chefes de povoação eram datós (príncipes), e formavam a classe da nobreza e recebiam do povo o rai-ten (imposto da terra). Era tipicamente um regime feudal.

de Ramelau (como zona de Mau-Ulun), grande planície montanhosa de Bobonaro, incluindo zonas entre Batuguede e Balibo, Balibo e Maliana. É portanto, estes locais são muito bons para reflorestar o sândalo e o café, para tal, o governo através o documento de carácter “Resolução” aprovado por si, defende que necessário dar “especial protecção por parte das instituições públicas e das pessoas singulares e colectivas devido à sua escassez, o corte, extracção e comercialização também pode ser proibido. Acrescenta ainda o documento “resolucionário do problema de florestação” que “a política nacional e estratégias para o sector florestal definem como objectivo específico a protecção da floresta, no âmbito do qual a protecção do sândalo se assume como prioritário<sup>12</sup>” para manter a sua existência como “petróleo verde de Timor”.



Viveiros de plantas com o sândalo em primeiro plano<sup>13</sup>

É necessário reflorestar o sândalo, porquê? Porque deve perceber-se que o sândalo em si, é uma árvore mais valiosa e pode criar receitas ao estado e dando benefício à economia familiar, além disso, uma árvore mais rica em óleos odoríferos. Certo que pode apostar nas “novas florestas de Timor-Leste com sândalo” (Mota, 2002), é para manter o “cheiro identitário” do ser timorense marcado historicamente pela “exótica e luxuriante paisagem” que alguma vez existia antes da era dos descobrimentos portugueses.

12. Fonte: “Governo timorense reforça proibições para proteger sândalo” - <http://observador.pt/2015/11/20/governo-timorense-reforca-proibicoes-protoger-sandalo/> (acesso a 10/8/2016).

13. Fonte: Paulo Maia “A Floresta em Timor Leste e o papel da Cooperação Agrícola Portuguesa no seu Desenvolvimento” - <http://naturlink.pt/article.aspx?menuid=21&cid=93731&bl=1&viewall=true> (acesso a 10/8/2016)

## Referências

Almeida, José Carlos Pina. 2001. *Commemorations of Portugal: National Identity and Public Celebration*. Tese de doutoramento, Universidade de Bristol.

Almeida, António de. 1959. Notas sobre artes e ofícios de nativos de Timor Português. In *Garcia de Orta*, Vol. 7, nº3, pp. 445-451.

Almeida, António de. 1961. Presença cultural no Timor Português. In *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Lisboa:

Almeida, António de. 1976/77. Contribuição para o estudo dos nomes “lúlik”(sagrados) no Timor de expressão portuguesa. In *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, pp.121-147

Anónimo. 1929. Estudo antropológico do indígena de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp.149-151.

Barreto, Luís Filipe. 1997. O sentido da expansão portuguesa no mundo (séculos xv-xvii). In *Administração*, n.º 36, vol. X, pp. 367-381

Berthe, Louis. 1972. *Bei gua: itinéraire des ancêtres mythes des Bunaq de Timor*, text Bunaq recueilli auprès de Bere Loeq, Luan Tes, Asa Bauq et Asa Beleq. Paris: Editions du Centre National de la Recherche Scientifique.

Boxter, Charles Ralph. 1990. *Fidalgos no Extremo Oriente*. Lisboa: Fundação Oriente.

Butel, Paul. 1999. *The Atlantic*. In *Seas in history*, Routledge

Charles Verlinden. 1939. Deux Aspects de L'Expansion Commerciale du Portugal au Moyen Âge. In *Revista Portuguesa de História*, IV.

Castro, Afonso de. 1867. *As possessões portuguesas na Oceânia*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Corrêa, António Augusto Mendes. 1944. *Timor Português – contribuições para o seu estudo antropológico*. Lisboa: Imprensa Nacional.

Correia, António Augusto Mendes. 1943. *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora.

Costa, Augusto da. 1946. Artes e letras coloniais: Mário Gonçalves – as viagens dos portugueses. In *Agência Geral das colónias*, nº254-255, pp.68-74.

Camões, Luís de. 1572. *Os Lusíadas*. Lisboa: Antonio Gõçalvez Impressor.

Cinatti, Ruy. 1948. Timor e os seus problemas. In *Boletim Geral das Colónias*, vol 24, nº 275, pp.187-190.

Cinatti, Ruy; Almeida, Leopoldo de & Mendes, Sousa. 1987. *A arquitectura timorense*. Lisboa: IICT.

Cinatti, Ruy. 1950. *Esboço histórico do sândalo no Timor Português*. Lisboa: Ministério Das Colónias Junta De Investigações Coloniais. Disponível em <http://gov.east-timor.org/MAFF/ta000/TA001.pdf> (acesso a 10/8/2016).

Castro, Alberto Osório de. 1996. *A ilha verde e vermelha de Timor*. Lisboa: Cotovia & Fundação Oriente.

Casquilho, José Pinto. 2015. Análise crítica do Colóquio Quadragésimo Nono de Garcia de Orta intitulado “De tres maneiras de sandalo”. In Martins, Francisco Miguel & Paulino, Vicente (coords)., *Atas da 1ª Conferência Internacional “A Produção do Conhecimento Científico em Timor-Leste”*. Díli: Unidade de Produção e Disseminação do Conhecimento/Programa de Pós-graduação e Pesquisa da UNTL.

Casquilho, José P. 2014. Memórias do sândalo: Malaca, o atrator Timor e o canal de Solor. In *Revista Veritas*, vol. 3, Dezembro 2014

Diffie, Bailey W. 1977. *Foundation of the Portuguese empire, 1415-1580*. Minneapolis: University of Minnesota Press

Duarte, Teófilo. 1930. *Timor Ante-Câmara do Inferno*. Famalicão: Tipografia Minerva de Gaspar Pinto de Sousa & Irmão.

Barbosa, Duarte. 1966. *Livro das cousas da Índia – em que dá relação do que viu e ouviu no Oriente (introdução e notas de Augusto Reis Machado)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias.

Fernandes, Francisco. 1992. *Das missões de Timor*. In *Revista de Estudos Luso-Asiáticos*, nº 1, Lisboa: Fundação Oriente.

Gentil, Sousa. 1929. O problema de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp.172-176.

Hamilton, Alexander. 1940. A new account of the East Indies. In *Boletim Eclesiástico de Macau*, vol.37, Macau: Imprensa Nacional de Macau.

Leitão, Humberto. 1929. Algumas indicações sobre a nossa colónia de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp. 3-31.

Leitão, Humberto. 1948. *Os portugueses em Solor e Timor de 1515 a 1702*. Lisboa: Tipografia dos Combatentes da Grande Guerra.

Lencastre, Julio Garcez de. 1929. Aspecto da Administração de Timor. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, ano 5, nº54, pp.32-54.

Lach, Donald Frederick & Van-Kley, Edwin J. 1994. *Asia in the making of Europe*. Chicago: University of Chicago Press.

Meneses, Francisco Xavier. 1968. *Contacto de culturas no Timor português: contribuição para o seu estudo*. Lisboa: Instituto Superior das Ciências Sociais e Políticas

Martinho, Susana de Abreu. 1953. Lavores femininos em Timor. In *Boletim Geral das Colónias*, vol. 29, nº 336-337, pp.299-300.

Morais, Alberto Faria de. 1944. *Solor e Timor*. Lisboa: Agência Geral Ultramarina

Martinho, José Simões. 1943. *Timor - quatro séculos de colonização portuguesa*. Porto: Editora Livraria Progredior.

Mourão, José A.; Casquilho, José P. 2012. *O desenho e a interpretação dos signos: o Parque Biológico de Gaia*. *Revista de Comunicação e Linguagens (RCL)*, vol. 43,44 (2011-2012), pp: 375-383.

Mota, F. 2002. *Timor Leste: As novas Florestas do País*. Ministério da Agricultura e Pescas. Díli: Direcção Geral de Agricultura, Divisão de Florestas.

Newitt, M. D.D. 2005. *A history of portuguese overseas expansion*. Routledge.

Paulino, Vicente. 2016. O jornalismo de expressão portuguesa em Timor, 1900 a 1975. In Feijó, Rui (org), *Timor-Leste: colonização, descolonização e lusotopia*. Porto: Edições Afrontamento, pp.219-240.

Paulino, Vicente. 2012. Remembering the Portuguese Presence in Timor and Its Contribution to the Making of Timor's National and Cultural Identity. In Laura Pang (ed.), *Portuguese and Luso-Asian Legacies, 1511-2011: Complexities of Engagement, Culture, and Identity in Southeast Asia*.

Vol. 2: The Tenacities and Plasticities of Culture and Identity, Singapura: Institute of Southeast Asian Studies.

Paulino, Vicente. 2011a. Cultura e Múltiplas identidades linguísticas em Timor-Leste. In Sousa, Ivo Carneiro de & Correia, Ana Maria (org), *Lusofonia encruzilhadas culturais*, Macau: Saint Joseph Academic Press, pp. 70-87.

Paulino, Vicente. 2011b. Crónica de Viagem: Olhar e apreciar a paisagem e cultura timorenses. In *Actas da 2ª conferência internacional de Estudos Anglo-portugueses*, Lisboa: FCG, versão online encontra-se disponível em <http://www.historyanthropologytimor.org/>.

Pires, Tomé. 1978. Suma Oriental. In Armando Cortesão, *A Suma Oriental de Tomé Pires e o Livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra: Acta Universitatis Conimbrigensis, pp.134-444.

Pierre Chaunu. 1987. *A Civilização da Europa Clássica*. Lisboa: Stampa

Pierre Chaunu. 1959. Seville et L'Atlantique (1504-1650). In *Les Structures Geographiques*, vol. 8 (1), Paris: Sevpen

Orta, Garcia de. (1536) 1895. *Colóquios dos Simples e Drogas da Índia* (dirigida e anotada pelo Conde de Ficalho), vol. II. Lisboa: Real Academia das Ciências de Lisboa.

Ptak, Roderich. 1987. O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming. In *Revista de Culturas (Macau)*, nº 1, pp.36-45

Sá, Artur Basílio de. S/D). Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente. In *Insulindia*, vol 4, pp. 1568-1579.

Sá, Artur Basílio de. 1951. Índia, Macau e Timor. In *Boletim Geral das Colónias*, 26 (310): 65-78.

Silva, Manuel. 1950. Emigração e problema de recuperação de mão-de-obra. In *Boletim Geral das Colónias*, nº297, pp.13-23.

Thomaz, Luís Filipe. 2002. *Babel Lorosae: o problema linguístico de Timor-Leste*. Lisboa: Cadernos Camões.

Teixeira, Pe. Manuel. 1974. As canossianas em Timor. In Teixeira, Pe. Manuel., *As canossianas na diocese de Macau – cem anos de apostolado (1874-1974)*. Macau: Tipografia da missão do padroado, pp.222-299.

Teixeira, Justino. 1935. Timor, a Ilha Esquecida. In *O Mundo Português*, vol. 2, nº 24, pp.394-400.

Vitorino Magalhães Godinho. 1963. *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*. Lisboa: Arcádia.

Vaquinhas, José dos Santos. 1883. Timor: usos superstições da guerra. In *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, 4ª série, pp. 475-492

Valdez, José. 1929. Timor e a sua pecuária. In *Boletim da Agência Geral das Colónias*, nº 54, pp.55-71.

Vasconcelos, Frazão de. 1937. Timor - Subsídios Históricos. In *Colecção Pelo Império*, nº 41, Lisboa: Agência Geral das Colónias, Divisão de Publicações e Biblioteca.

Ximenes-Belo, Carlos Filipe. 1999. Mensagem. In *Seara*, Díli Timor Oriental.